

RESENHA

João Augusto GENTILINI¹

BENSAÏD, Daniel. MARX, O INTEMPESTIVO: GRANDEZAS E MISÉRIAS DE UMA AVENTURA CRÍTICA. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1999, 507 p.

Daniel Bensaïd, filósofo francês, militante comunista, nasceu em Toulouse, em 1946 e morreu em Paris, em 2010, aos 64 anos de idade. Considerado um dos maiores teóricos do movimento socialista europeu, Bensaïd é autor de uma vasta série de textos, na maioria discutindo as questões políticas, ideológicas, históricas e sociológicas contemporâneas, à luz do marxismo. Teve uma trajetória de vida respeitável em termos de engajamento político e de produção teórica. Foi dirigente da Quarta Internacional, docente da Universidade de Paris VII, participante do famoso Movimento 22 de março que mobilizou Paris e desaguou na Revolta de Maio de 1968. Nesta, Bensaïd foi um dos mais importantes líderes ativistas, ao lado de Daniel Cohen-Bendit, tendo organizado a Juventude Comunista Revolucionária e, posteriormente, a Liga Comunista Revolucionária. Participou da criação da Fundação Louise Michel e da criação do Partido Anti-Capitalista.

Publicado na França em 1996, *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*, com tradução de Luiz Cavalcanti de M. Guerra, saiu no Brasil em 1999 pela Editora Civilização Brasileira. Nesse livro, Bensaïd defende que a obra de Marx pode ser relida dentro de uma visão menos dogmática e sempre buscando a sua vitalidade e atualidade diante das controvérsias teóricas contemporâneas, como as provocadas pelo desconstrutivismo e o pós-modernismo. O autor pretende também sacudir o peso das ortodoxias no pensamento marxista que veem no marxismo uma rigorosa homogeneidade tendo no horizonte, sempre, o inevitável surgimento da sociedade socialista.

Logo na introdução do livro, denominada *O Trovão Inaudível*, Bensaïd afirma que, não raro, Marx “desentende-se por um nada com a sua própria sombra e esperneia nas mãos

¹ Docente aposentado da FCL/UNESP, Campus de Araraquara (SP) e integrante do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar desta instituição. É co-editor da Revista Eletrônica de Política e Gestão da Educação. EMAIL: jagentilini@bol.com.br

Resenha recebida em 04-06- 2012; aprovado em 06-08- 2012

de seus próprios espectros”, mas “nem por isso, é incoerente ou inconsistente, já que o núcleo de seu programa de pesquisa permite que interroguemos nosso universo dentro da perspectiva de mudar o mundo” (p.11). Assim, posicionado nesta resistência para com Marx e ao que ele aceitou em sua época é que Bensaïd buscou o “atual ainda ativo na pluralidade de suas palavras, considerando-se que na medida em que o capital tornou-se planetário, dominando as relações sociais, a teoria de Marx permanecerá sempre atual e constituirá sempre o reverso e a negação do fetichismo mercantil universal” (p.11-12). Sua releitura, portanto, significa a reestruturação de um pensamento crítico, anti-capitalista e emancipador.

Para Bensaïd, as tentativas de caracterizar unilateralmente o pensamento de Marx, às vezes como uma filosofia da história, outras como uma sociologia de classes ou como uma economia científica, são interpretações insuficientes sobre o seu pensamento. Suas primeiras afirmações sobre o que ele identificou no pensamento de Marx quanto ao processo histórico, por exemplo, já afrontam o dogmatismo: Marx faz uma desconstrução de uma suposta História Universal dotada de finalidade e dá passagem a uma história “que não promete qualquer salvação, não repara absolutamente a injustiça, não mordisca sequer nossa nuca”. O que o autor denomina (e assim, em todo o livro) de uma “história profana” que se apresenta como “um devir incerto, determinado tanto pela luta quanto pela necessidade” (p.13).

Quanto a ser uma sociologia empírica de classes, a teoria de Marx renega uma racionalidade positiva ao tratar de classes que procura identificá-las segundo certas características diferenciais, ordenando-as e classificando-as, o que, no fundo, retira na questão das classes sociais a dinâmica do conflito social, ou seja, em Marx “as classes nunca são objetos ou categorias de classificação sociológica, antes (elas são) a própria expressão do devir histórico” (p.14). E a teoria de Marx não é tampouco, uma ciência positiva da economia de acordo com o paradigma dominante da física clássica: “Contemporânea das ciências da evolução e dos progressos da termodinâmica (a teoria) resiste à racionalidade fragmentada e unilateral da divisão do trabalho científico” (p.14). Em última análise, a teoria de Marx efetua três grandes críticas que não podem ser tratadas separadamente: uma crítica da razão **histórica**, uma crítica da razão **econômica** e uma crítica da razão **científica** ou do positivismo.

No caso da crítica da razão histórica, Bensaïd apresenta uma nova escrita (ou escuta) da história que estaria implícita no pensamento marxista. Para ele, mais do que “necessidades históricas” contra as quais nada se pode fazer, Marx sublinha o papel do *contratempo*, da *não-contemporaneidade* entre esferas jurídicas, econômicas, políticas, sociais ou o que ele chama de “discordância dos tempos”:

O pensamento de Marx inscreve-se no ponto de encontro em que a herança metafísica do atomismo grego, da física aristotélica, da lógica hegeliana é submetida à prova de fogo do modelo epistemológico-newtoniano, do impulso das disciplinas históricas, dos desenvolvimentos impetuosos do conhecimento do ser vivo (...) por isto é que, ao ancorar-se no presente, ele o excede e ultrapassa na direção do passado e do futuro e o som de seu (de Marx) discurso é praticamente inaudível aos contemporâneos insensíveis à arte do contratempo. (p.15).

Marx seria assim como um “bateleiro do possível”, tais como seriam, depois, Walter Benjamin e Antônio Gramsci que também sacudiram o “culto sonolento do progresso e suas promessas ilusórias e consideravam que se pode prever, historicamente, somente a luta e daí, resulta uma noção da política como estratégia e uma noção do erro como risco inelutável da decisão” (p.15-16).

Bensaïd, na primeira parte do livro intitulada *Do sagrado ao profano: Marx, crítico da razão histórica*, irá, com base nos *Grundrisse*, buscar, em Marx, elementos que mostram a *dessacralização da História*. Ele parte para uma análise das relações entre a política, o aleatório, o tendencial no processo histórico, questionando sempre a idéia da inevitabilidade histórica, realçando os tempos discordes, a sobrevivência de tempos misturados, as temporalidades heterogêneas, como o conceito de “desenvolvimento desigual e combinado” e de “não-linearidade”. Assim, a noção de progresso (e de progresso técnico) não pode ser tomada sob sua forma abstrata, como se fosse destino e providência da sociedade, acarretando, mecanicamente, um progresso social e cultural: “O desenvolvimento desigual entre esferas sociais, jurídicas, culturais, obriga, ao contrário, a pensar um progresso que não seja nem automático, nem uniforme (...) mas com seu reverso social (ou ecológico)” (p.42-43).

A história é feita de avanços e recuos, de progresso e de atraso, como formas simétricas que Marx nos convida a pensar, de forma que o anacronismo pode, em determinadas condições, acabar por se impor não como anomalia residual, mas sim, como atributo do presente. Então, neste caso, os conceitos de forças produtivas e relações de produção, com a sua “necessária” correspondência dialética, não esgotam a realidade, pois “a necessidade explicativa não anula o acaso, o ‘como’ da história que remete “necessariamente” ao aleatório da luta. Enfim, a história universal “não é o cumprimento de um destino ou de uma escrita (...) ela própria é um produto histórico e não um princípio explicativo” embora seja “politicamente inteligível e estrategicamente pensável” (p.46).

O que para os comentadores de Marx constitui um ponto de chegada — e daí a defesa de seu pensamento como doutrina e como dogma — para Bensaïd é o ponto de partida. O

autor está preocupado em desenvolver toda a potencialidade crítica do marxismo, buscando assim a sua efetividade para orientar as lutas do presente: uma crítica radical, além da crítica à economia política, às bases da civilização moderna é, pois, absolutamente necessária. O pensamento de Marx, portanto, não é um sistema fechado e as leituras positivistas e conformistas que fizeram dele, devem ser combatidas, começando, pois, com um mergulho radical e profundo em sua obra, inaugurando um paradigma de pesquisa que deve ser utilizado para se compreender as glórias e as tragédias da modernidade que uma visão determinista e mecânica reduziu “à frieza das relações monetárias” e ao “simples empilhamento de mercadorias”, pois “o mero desenvolvimento das forças produtivas não preenche uma condição suficiente” (p. 56), uma vez que os critérios sociais e não apenas os técnicos e produtivos também devem ser levados em conta, para explicar as questões (e lutas) da sociedade atual.

No *Os tempos em discordância (a propósito do marxismo analítico)*, Bensaïd explora o que seriam essas discordâncias do tempo (provocadas pelo movimento do capital) que se apresentam como avanços e recuos, contratempos, intermitências, instabilidades, assincronias, os desenvolvimentos desiguais contradizendo uma perspectiva linear do tempo humano e de um processo histórico sempre para a frente. Apoiando-se nos *Grundrisse* e em Walter Benjamin, sublinha a importância e o papel das **rupturas políticas**, ou seja, para Bensaïd, doravante “a política passa à frente da história” (citando Benjamin), mas uma ação política que “denuncia as catástrofes que nos aguardam se nada fizermos para mudar o futuro” (p.131). O autor resgata um conceito de política entendida de forma estratégica, acumulando na atualidade as condições para a instauração do novo que nada tem a ver com a *política prática*, superficial, desprovida, desarticulada de uma visão histórica.

Na segunda parte do livro, intitulada *A luta e a necessidade: Marx crítico da razão sociológica*, Bensaïd resgata a leitura da teoria marxista das classes, dialoga com nomes respeitáveis da ciência política e da sociologia, como Thompson, Dahrendorf, Shumpeter, John Elster, Aron e outros. O fato de Marx não ter elaborado uma teoria completa das classes sociais, abriu caminho para que os críticos de sua teoria, procurassem demonstrar que haveria uma incongruência entre falar em luta de classes sem uma definição clara e precisa do que seria uma classe social. Para Bensaïd, Marx não procede por definições (enumeração de critérios, como faz a sociologia), mas por “determinação” de conceitos. As páginas interrompidas de *O Capital*, especialmente no quinquagésimo primeiro capítulo, onde Marx ofereceria uma teoria das classes, deixam em aberto questões quanto à compreensão da evolução das classes nas sociedades capitalistas desenvolvidas (de suas transformações e

diferenciações internas) e à das sociedades não-capitalistas (ou burocráticas). A questão das classes, em Marx, não se reduz “a um jogo estático de definições e de classificações, mas remete a um sistema de relações estruturado pela luta, cuja complexidade se desenrola plenamente nos escritos políticos, onde Marx oferece a última palavra” (p.145).

Tal interpretação questiona a idéia de uma história da humanidade redutível à luta de classes, definidas apenas em função da esfera da produção. Esta esfera, para Marx, seria apenas *o primeiro nível de definição de uma ou mais classes* (grifo nosso) caso contrário, não haveria como explicar à luz da teoria da luta de classes, tanto as formações sociais onde não existiam divisão de classes, quanto a especificidade das classes modernas. Esta posição, a partir da qual Bensaïd irá polemizar com as interpretações de Marx por parte de Elster, Stirner, Roemer, Raws e os demais defensores do individualismo metodológico e com o liberalismo, leva em consideração as recomposições permanentes das relações de classe nas diferentes fases do capitalismo que promoveu uma profunda divisão social e do trabalho, surgindo uma diversidade de categorias socioprofissionais, com uma infinita variedade de interesses e de ofícios, inclusive no interior da classe operária. A teoria das classes fornece, inclusive, a possibilidade de se analisar a controvertida questão da representação política e o real papel dos partidos políticos, que podem, em seus confrontos, tanto *manifestar* quanto *dissimular* a realidade da divisão de classes: “No campo específico do político, as relações de classe adquirem um grau de complexidade irreduzível ao antagonismo bipolar que, entretanto, a determina” (p.164). Está aí, de novo, a importância da organização (e da mobilização) política que transforma uma classe *em si* para uma classe *para si*...uma constatação que é muito cara aos estudiosos marxistas da formação da “consciência de classe” e do papel da ideologia.

A penúltima seção da segunda parte, ainda dentro da crítica à razão sociológica, intitulada *Lutar não é jogar (Marx em face das teorias do jogo e da justiça)*, Bensaïd desenvolve a questão da interpretação do marxismo por integrantes do chamado marxismo analítico e da escola do individualismo metodológico, para os quais, todos os fenômenos sociais são, em princípio, explicáveis considerando-se unicamente os indivíduos com suas qualidades, objetivos, crenças e ações. Desta forma, o conflito social nasce da exploração enquanto interação e o coletivismo metodológico de Marx, segundo seus críticos, significaria, ao contrário, a dissolução do indivíduo, de seus desejos, de seus interesses, de suas preferências, na abstração indiferenciada da classe ou da história quando, na verdade, Marx contraria a idéia de uma classe formada pela mera soma de indivíduos, com seus interesses e

objetivos, desconsiderando-se que tudo ocorre dentro de uma dimensão social, que é a sociedade capitalista (p.177-178).

A polêmica individualismo/coletivismo, que opõe o marxismo pensado por Bensaïd e o marxismo analítico, vai se estender às questões ligadas ao direito e à justiça. Ao contrário dos liberais, Marx tem uma “concepção não jurídica de justiça”, significando que ele não desposa uma teoria da justiça que define um princípio de alocação equitativo suscetível de reger a troca recíproca entre indivíduos em sociedade. No individualismo metodológico (particularmente de Roemer e de Elster), tudo se daria “na relação calculada do indivíduo com o grupo e a teoria dos jogos se tornaria mais operatória que a (teoria) dentro de uma visão individualista e contratualista de justiça, menosprezando o fato de que a noção de justiça (e de direito) é histórica, relativa a um modo de produção específico. Não se pode exigir justiça ou direito “igual” para todos: os indivíduos reais e concretos não são simplesmente “iguais” perante esse direito e essa justiça (noção cara aos liberais), mas são desiguais e somente um formalismo jurídico supõe essa igualdade: “Nenhum direito (e nenhuma justiça), está acima do estado econômico da sociedade e do grau de civilização que lhe corresponde” (p.197). O mesmo se pode dizer para a ideia de uma sociedade que funciona na base de contratos livres entre indivíduos livres, iguais perante a lei. A soma dos contratos ou de transações individuais ocorre dentro de uma dimensão social e uma teoria política da justiça como equidade (como defende Rawls), repousa em duas operações hipotéticas: a pacificação dos conflitos sociais e a eliminação dos efeitos ideológicos que tenderiam a eliminar a cooperação social (e a desestruturação da sociedade), o que, no fundo, acaba sendo uma teoria do consenso (p.214).

Na terceira parte do livro, intitulada *A ordem da desordem: Marx, crítico da positividade científica*, Bensaïd apresenta um Marx que não ficou imune à “vontade de fazer ciência” tão forte no século XIX, representada pela ciência inglesa, ao mesmo tempo em que não se desliga da “ciência alemã”. Entre ambas as ciências, o pensamento de Marx, de forma crítica, defende uma “mecânica orgânica”, uma “ciência das bordas” ou dos “preenchimentos cujos espectros assombram nossa razão instrumental” (p.283-284). As categorias marxistas — como leis causais, médias, tendências, forças, desenvolvimento e finalidades históricas — trabalham diferentes formas de possibilidades abstratas, concretas ou históricas e, sobretudo, uma possibilidade real, a de um “reino de liberdade”. A ciência dialética de Marx, irredutível à lógica mecânica das ciências de sua época — antecipou importantes respostas para problemas que só foram assumidos pelas ciências, epistemológica e metodologicamente, com a formulação da física quântica, da teoria do caos e da entropia. Ele não se rende, portanto, ao positivismo e ao determinismo, mas defende uma concepção de ciência aberta à história

humana, rompendo com a representação de um espaço homogêneo e de um tempo linear, substituindo a causalidade mecânica por uma sistêmica, com suas leis tendenciais que impossibilitam uma previsão rigorosa e, ao mesmo tempo, apreendem o movimento da realidade, a articulação entre necessidade e possibilidade.

E desta forma, é no capítulo final, chamado *Os tormentos da matéria (contribuição à crítica da ecologia política)* que está um dos momentos mais originais da discussão de Bensaïd. A pergunta inicial do capítulo já é instigante e chama para a discussão: “Marx, gênio produtivista ou anjo da guarda ecologista?” (p. 433). Para Bensaïd, “que façam dele o responsável pelo produtivismo burocrático e suas catástrofes ou se pretenda torná-lo um partidário inconteste dos verdes, sempre encontrarão em Marx trechos suscetíveis de alimentar um ou outro discurso”. Marx foi acusado de ter sido um entusiasta do progresso industrial de seu tempo, mas Bensaïd dá indicações, a partir dos escritos do jovem Marx, de que ele não se deixou levar pela idéia de uma industrialização a qualquer preço e de um progresso em sentido único.

É evidente que Bensaïd se esforça para encontrar, nas obras de Marx, provas de que, no fundo, é possível pensar em uma reconciliação do homem com a sua própria natureza e com a natureza à sua volta, através do conceito marxista de “ser natural humano”, lembrando que a relação de produção é, acima de tudo, uma relação dos homens com a natureza, dos homens entre si, mediada pelo trabalho. A abordagem do jovem Marx inaugura o longo percurso crítico da economia política:

O fato de o homem pertencer à natureza ou, mais exatamente, seu “ser natural”, significa que sua força de trabalho consumida no processo de produção é, originalmente, força vital. O ser natural é um “ser natural humano” (...) e nessa humanidade, a determinação natural nega-se sem se abolir. O fetichismo da mercadoria não se contenta em mudar as relações humanas em coisas: ele degrada igualmente o natural à condição de “bestial” (...) o bestial torna-se o humano e o humano torna-se o bestial (p. 435).

E ainda:

o homem é um ser natural, mas é um ser natural humano. Nessa humanidade, a natureza nega-se sem se apagar (...). Em sua particularidade, distinta de sua universalidade natural, o homem é, portanto especificamente determinado por sua historicidade: a história é seu ato de nascimento. Daí por que, longe de opor-se à natureza numa antinomia insuperável, a história é a verdadeira história natural do homem (p. 437).

O metabolismo entre o ser humano e a natureza parece remeter a uma lógica do ser vivo que contraria a causalidade mecânica e anuncia uma ecologia nascente. Há uma defesa implícita do materialismo científico-naturalista inspirado na filosofia da natureza de Shelling

que analisa a natureza como um grande processo de transformação e de troca orgânica, mediada pelo trabalho, como “nó estratégico do ser social” (p. 447). Esta lógica do ser vivo não se conciliaria, para Marx, com a imagem mecânica do progresso e rompe com o otimismo tecnológico de seu tempo. Identifica-se, pois, uma dimensão natural que permitiria incorporar a problemática atual da ecologia e estabelecer (ou recuperar) o diálogo com as ciências naturais e aponta para uma crítica do capitalismo como um sistema que tem uma lógica de exploração que coloca em risco os recursos naturais do planeta. Isto porque é dependente da produção de valor baseada no aumento das forças produtivas que exigem a “produção de novo consumo, primeiramente, pela ampliação quantitativa do consumo existente; em segundo lugar, pela extensão das carências existentes a um círculo mais amplo; em terceiro lugar pela ‘produção de novas carências’ e ‘criação de novos valores de uso’” (p. 433). Resultando, enfim, *na exploração da Terra em todos os sentidos* (cuja natureza torna-se mero objeto para o homem) tanto para descobrir novos objetos utilizáveis quanto para dar novas propriedades de utilização aos artigos, utilizando como matérias primas essas novas qualidades, desenvolvendo ao máximo as ciências da natureza, com a descoberta, a criação, a satisfação de novas carências surgidas da própria sociedade (p. 438-439).

A criação e a universalização de novas carências significa tanto a ampliação da própria natureza humana ou de sua humanidade, quanto aciona um processo de “dessacralização da natureza”, mas ao mesmo tempo, ao mercantilizar essas carências, o capitalismo as mutila, articulando de forma contraditória a exploração ilimitada da natureza com a exigência natural de sobrevivência humana. A determinação *social* domina a determinação *natural* e a busca constante de produtividade acaba no esgotamento das condições naturais (p. 448-450), em uma dinâmica contraditória: progresso em uma ponta, exploração predatória em outra, onde o conhecimento científico dos processos naturais está a serviço da ampliação e da utilização eficiente e eficaz do capital. Ao mesmo tempo, motiva a busca de conhecimentos no qual o natural e o social estejam em equilíbrio — aqui, a raiz do surgimento, no final do século XIX, da ciência ecológica. Para Bensaïd, a superação da sociedade que tem a propriedade privada e o lucro, significará a abolição do antagonismo entre homem e natureza, entre o homem e o homem, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero, enfim, reconquista da identidade entre o humanismo e o naturalismo (p.489).

Mas o que fazer enquanto a sociedade comunista é apenas uma quimera? Bensaïd, mais uma vez, recoloca, a partir dos escritos de Marx, a importância de uma ecologia crítica ou de uma ecologia política. Crítica porque o movimento ecológico e ambiental deve livrar-se de sua dimensão utópica de uma volta a um passado que já se perdeu, de inteira integração e

harmonia do homem com a natureza. A luta pela exploração racional dos recursos naturais é uma luta política por excelência, ou seja, é uma luta por intervenção nas decisões com relação a investimentos na produção econômica e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Ao mesmo tempo, é uma luta que deve ser inserida na luta geral pela emancipação humana sob o capitalismo.

Enfim, *Marx, o Intempestivo*, um dos mais importantes trabalhos de Daniel Bensaïd, divulgado pouco antes de sua morte, obviamente, é uma obra escrita tendo em primeiro lugar, como referência, a realidade do pensamento e da luta socialistas na França e na Europa em geral. Mas, naquilo que interessaria aos socialistas (intelectuais e militantes) latino-americanos é um exemplo de como se pode tratar de forma não-dogmática o marxismo — e seu potencial em termos de inspiração para um renovado pensamento teórico, como orientação para a compreensão dos aspectos complexos e imprevisíveis da sociedade contemporânea e para ações políticas histórica, sociológica e cientificamente fundamentadas, tendo no horizonte, uma profunda transformação social.
